



Ata da 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, realizada no dia 09 de maio de 2008.

Realizou-se, no dia 09 de maio de 2008, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, a 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. Compareceram os conselheiros: **Manuel Cláudio de Sousa, Ana Cristina Pasini da Costa, Fredmar Corrêa, Dora Whitaker, Luciano Sakurai, Uriel Duarte, Aldo P. Carvalho, Fernando Batolla Jr., Patrizia Tomasini, Marcelo S. Asquino, Ubirajara Sampaio de Campos.** Constavam da pauta: 1) aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária; 2) apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial”, de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A., em Catanduva, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 165/2008 (Proc. SMA. 13.650/2007); 3) apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial de Potirendaba”, de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A., em Potirendaba, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 159/2008 (Proc. SMA. 13.651/2007); 4) apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial”, de responsabilidade da Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda., em Araraquara, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 161/2008 (Proc. SMA. 13.562/2007); 5) apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Loteamento Industrial Multivias II Pólo Industrial e Logístico”, de responsabilidade da CBC Indústrias Pesadas S.A., em Jundiá, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 163/2008 (Proc. SMA. 13.638/2007); 6) apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Industrial”, de responsabilidade da Ajinomoto Biolatina Indústria e Comércio Ltda., em Pederneiras, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 166/2008 (Proc. SMA. 13.572/2005). Depois de declarar abertos os trabalhos, o **Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho**, submeteu à aprovação a Ata da 36ª Reunião Ordinária, que foi aprovada nos termos regimentais. Passou-se ao segundo item da pauta: apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial”, de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A., em Catanduva, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 165/2008 (Proc. SMA. 13.650/2007). Depois de o representante do empreendedor e da empresa de consultoria Proamb Engenharia, Projetos Ambientais e Tratamento de Águas Industriais e de Abastecimento, responsável pela elaboração dos estudos ambientais, **Homero Tadeu de Carvalho Leite**, apresentar o projeto e os dados mais significativos das análises constantes do EIA/RIMA, passou-se à discussão. Como nenhum conselheiro solicitou qualquer esclarecimento e/ou formulou proposta, o **Secretário-Executivo** submeteu à votação a viabilidade ambiental deste empreendimento, que, aprovado por unanimidade, deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação Consema 27/2008 De 09 de maio de 2008.37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. A Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, em sua 37ª Reunião Ordinária, usando da competência que lhe foi atribuída pela Deliberação Consema 01/99, deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial” de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A – Unidade Catanduva, em Catanduva, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 165/2008, sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.650/2007), e obrigou o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos.”** Passou-se ao terceiro item da pauta: apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial de Potirendaba”, de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A., em Potirendaba, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 159/2008 (Proc. SMA. 13.651/2007). Respondendo às questões formuladas pelos conselheiros **Patrizia Tomasini, Fernando Batolla Jr., Ubirajara Sampaio de Campos**, o representante da empresa de consultoria, **Homero Tadeu de Carvalho Leite**, esclareceu: 1) que não serão desmatadas as áreas florestadas e, além disso, a Esalq, com base no levantamento que realizará em todas as fazendas da região, elaborará plano de reflorestamento, que prevê a recuperação e o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

replanteio – já tendo sido plantadas 400 mil mudas das 700 mil previstas –, cujo término está previsto para 2010, o que trará benefícios para a fauna e para a flora; 2) que o projeto de reflorestamento e de recuperação, que incluirá as áreas de preservação permanente e de mata, foi aprovado pelo Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN, e que o consumo da água será reduzido e, portanto, o aumento da capacidade da usina, que já tem outorga do DAEE, não acarretará qualquer problema no curso d'água. A conselheira e coordenadora da CPRN, **Ana Cristina Pasini**, respondendo às questões formuladas pelo conselheiro **Ubirajara Sampaio de Campos**, esclareceu: 1) que o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA vinha avançando na determinação de exigências que visam à recuperação das áreas de preservação permanente no interior e no envoltório das áreas arrendadas; 2) que este avanço consistia na utilização de estratégias que obriguem o empreendedor a se comprometer com a recuperação dessas áreas, embora, na maioria das vezes, eles só adquirissem 80% das propriedades, dos quais as áreas de preservação permanente já se encontram excluídas; 3) que, em relação aos fornecedores, como o empreendedor não dispunha de mecanismos legais que os obrigassem a recuperar suas áreas, o DAIA exigia que o fornecedor comparecesse a este departamento para firmar protocolo e apresentar os números das matrículas de suas propriedades, o que permitia ao DEPRN fiscalizar as condições em que se encontravam as áreas de preservação permanente existentes nestas propriedades; 4) que em relação ao programa de reflorestamento elaborado pela Esalq, além de as etapas de sua implantação constituírem condicionantes para a concessão das várias licenças, seu acompanhamento será feito através de fotos de satélite e seu inteiro cumprimento será constantemente buscado na relação do DAIA com o empreendedor. O **Secretário-Executivo** colocou em votação a viabilidade ambiental do empreendimento que, tendo sido aprovada ao receber nove (9) votos favoráveis e um (1) contrário, deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação Consema 28/2008. De 09 de maio de 2008. 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. A Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, em sua 37ª Reunião Ordinária, usando da competência que lhe foi atribuída pela Deliberação Consema 01/99, deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial de Potirendaba” de responsabilidade da Usina Cerradinho Açúcar e Alcool S/A – Unidade Potirendaba, em Potirendaba, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 159/2008, sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.651/2007), e obrigou o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos.”** Passou-se ao quarto item da ordem do dia: apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial”, de responsabilidade da Usina Zanin Açúcar e Alcool Ltda., em Araraquara, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 161/2008 (Proc. SMA. 13.562/2007)”. Depois de **Marina Castro Uebele**, representante da Arcadis Tetraplan, empresa de consultoria responsável pelo EIA/RIMA, ter apresentado o projeto e os estudos ambientais, dando ênfase aos principais aspectos do empreendimento e aos possíveis impactos que sua implantação provocará e, também, às medidas de compensação e de mitigação que serão adotadas com a finalidade de preveni-los e/ou mitigá-los, passou-se à discussão. Respondendo às questões formuladas pelo conselheiro **Fernando Batolla Jr.**, **Marina Castro Uebele** ofereceu, entre outros, esclarecimentos sobre os levantamentos, estudos e análises realizados antes do plantio; as condições de uso de fertilizantes; a altimetria do terreno; os processos erosivos; os aspectos e as condições climáticas; o uso de equipamentos; a fertirrigação; o plano de monitoramento do lençol freático adotado pela usina. O conselheiro **Manuel Cláudio de Souza** propôs que se modificasse a redação do terceiro parágrafo do item “7. Monitoramento e Programas Ambientais”, às páginas 47 do Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 161/2008, de modo a que se esclarecesse que a Cetesb só exigiria assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta se este órgão ambiental comprovasse sua necessidade. Depois de a conselheira e coordenadora da CPRN, **Ana Cristina Pasini**, explicar que o motivo da formulação dessa exigência foi o fato de a empresa ter iniciado a ampliação da unidade sem a necessária licença ambiental, ilegalidade esta que seria sanada se ele vier a obter as licenças que são o objetivo do processo de licenciamento em curso, manifestaram-se os conselheiros **Patrizia Tommazzini** e



Ubirajara Sampaio, questionando os danos possíveis que essa ampliação irregular poderia ter causado. Respondendo a este questionamento, os conselheiros **Manuel Cláudio de Souza** e **Ana Cristina Pasini** esclareceram que tal ampliação limitava-se à construção de obra civil e que o possível dano que viria a ocorrer, se a unidade tivesse chegado a funcionar com sua capacidade aumentada, teria sido o incremento da poluição, o qual teria cessado com a interdição da obra pela Cetesb. Colocada em votação a viabilidade ambiental deste empreendimento com base no parecer técnico acima referido, acrescido da proposta de mudança de redação da exigência igualmente acima citada, foi aprovada sua viabilidade ambiental, ao receber nove (9) favoráveis e um (1) contrário, o que deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação Consema 29/2008. De 09 de maio de 2008. 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. A Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, em sua 37ª Reunião Ordinária, usando da competência que lhe foi atribuída pela Deliberação Consema 01/99, deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Agroindustrial” de responsabilidade da Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda.”, em Araraquara, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 161/2008 sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.562/2007), e obrigou o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos, modificando-se o parágrafo terceiro do item “7. Monitoramento e Programas Ambientais”, às páginas 47 do Parecer Técnico CPRN/DAIA acima referido, cuja redação passa a ser a seguinte: “No entanto, considerando que as obras de ampliação foram iniciadas antes que fosse emitida a Licença Ambiental Prévia para o empreendimento, deverá ser firmado, se necessário, Termo de Ajustamento de Conduta-TAC na Cetesb para o cumprimento de exigências ambientais e posterior emissão da Licença de Instalação do empreendimento. A Cetesb deverá informar ao Consema, quando da concessão da LI, se houve ou não necessidade de assinatura de TAC”.** Passou-se ao quinto item da pauta: apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Loteamento Industrial Multivias II Pólo Industrial e Logístico”, de responsabilidade da CBC Indústrias Pesadas S.A., em Jundiaí, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 163/2008 (Proc. SMA. 13.638/2007). Depois de Reginaldo Forti apresentar o projeto e os estudos ambientais, passou-se à discussão. Manifestaram-se os conselheiros **Dora Whitaker** (que chamou atenção para os aspectos construtivos da obra, entre outros motivos pelo fato de a área a ser impermeabilizada possuir a mesma extensão do Parque do Ibirapuera, sugerindo fossem feitas recomendações no sentido de se exigir um maior envolvimento do empreendedor com esses aspectos ambientais inerentes a obra); **Patrizia Tomazinni** (que questionou o valor destinado à compensação ambiental, o qual, aos seus olhos, era irrisório, levando-se em conta o vulto do investimento feito); **Ana Cristina Pasini** (que esclareceu que o critério utilizado para definir este valor era aquele estabelecido pela Resolução SMA 56/2006, critério este que estava sendo revisto). Depois de o conselheiro **Uriel Duarte** se contrapor a essa atitude do Conselho de reivindicar que maiores recursos sejam destinados à compensação ambiental, uma vez que há critérios legais para tanto – aqueles estabelecidos pela resolução acima referida –, a conselheira **Patrizia Tommasini** reiterou o ponto de vista anteriormente exposto, ao argumentar que o Conselho não deveria determinar valores, mas, sim, observar se o empreendimento oferecia a contraparte do benefício auferido. O conselheiro **Fernando Batolla Jr.**, depois de perguntar se o valor declarado pelo empreendedor incluía o preço da terra ou somente o dos equipamentos e de obter a resposta de que este primeiro valor não estava incluído, declarou, primeiro, que este preço deveria estar presente nos cálculos sobre a obra e, segundo, que discordava do ponto de vista do conselheiro Uriel Duarte, pois este Conselho deveria, sim, perseguir o objetivo de que os recursos destinados à compensação ambiental fossem compatíveis com o investimento pecuniário necessário à implantação do empreendimento. Depois de a assessora da FIESP chamar atenção para o fato de que, necessariamente, os recursos destinados à compensação ambiental não deveriam corresponder ao investimento feito, mas, sim, aos impactos não-mitigáveis causados pelo empreendimento, e que, portanto, o valor a ser destinado não deveria ser visto como um tributo, a conselheira **Ana Cristina Pasini** propôs que se deveria rever a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

legislação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação-SNUC e, ao invés de se solicitar que os recursos a serem destinados à compensação ambiental ultrapassassem o 0,5% estabelecido por essa lei, se sugerisse ao empreendedor que implementasse ações adicionais com vistas à proteção dos recursos naturais da área do empreendimento, e que tais ações ou programas fossem definidos juntamente com o conselho gestor do parque. O conselheiro **Fernando Batolla Jr.** propôs que, nessa perspectiva, as ações sócio-ambientais a serem desenvolvidas tivessem como finalidade à proteção da Reserva Biológica da Serra do Japi, e o conselheiro **Marcelo Asquino** sugeriu que, antes da implantação, essas ações ou programas fossem submetidos à Fundação Florestal. O **Secretário-Executivo** submeteu à aprovação a viabilidade ambiental deste empreendimento, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 163/2008, acrescido da proposta de exigência complementar, como condicionante para a licença de instalação, de que o empreendedor deverá apresentar à Fundação Florestal, com vistas à aprovação, programa que contemple ações sócio-ambientais a serem desenvolvidas com vistas à proteção da Reserva Biológica da Serra do Japi, que, aprovado por unanimidade, deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação Consema 30/2008. De 09 de maio de 2008. 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. A Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, em sua 37ª Reunião Ordinária, usando da competência que lhe foi atribuída pela Deliberação Consema 01/99, deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento “Loteamento Industrial Multivias II Pólo Industrial e Logístico” de responsabilidade da CBC Indústrias Pesadas S/A, em Jundiaí, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 163/2008 sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.638/2007), e obrigou o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos, mais a exigência complementar, como condicionante para a Licença de Instalação, de que o empreendedor deverá apresentar à Fundação Florestal, com vistas à aprovação, programa que contemple ações sócio-ambientais a serem desenvolvidas com vistas à proteção da Reserva Biológica da Serra do Japi”**. Passou-se ao sexto e último item da pauta, qual seja, a apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Industrial”, de responsabilidade da Ajinomoto Biolatina Indústria e Comércio Ltda., em Pederneiras, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA nº 166/2008 (Proc. SMA. 13.572/2005). Depois de **Eduardo San Martin**, representante da empresa Consultoria Ambiental, responsável pelos estudos ambientais, apresentar o projeto e o EIA/RIMA, com ênfase nos aspectos mais significativos do empreendimento, passou-se à discussão. Respondendo ao questionamento feito pelo conselheiro **Fernando Batolla Jr.**, de que o lodo gerado será monitorado e continuamente disposto nos locais indicados pela Cetesb, podendo, inclusive, ser utilizado na correção do solo, o conselheiro **Ubirajara Sampaio** comentou, com admiração, a interessante interação desse empreendimento no contexto geográfico das indústrias sucro-alcooleiras. Ao verificar que nenhum outro conselheiro pretendia manifestar-se, o **Secretário-Executivo** submeteu à votação a viabilidade ambiental deste empreendimento, que, aprovado por unanimidade, deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação Consema 31/2008. De 09 de maio de 2008. 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. A Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, em sua 37ª Reunião Ordinária, usando da competência que lhe foi atribuída pela Deliberação Consema 01/99, deliberou favoravelmente sobre a viabilidade ambiental do empreendimento “Ampliação da Unidade Industrial”, de responsabilidade da Ajinomoto Biolatina Indústria e Comércio Ltda., em Pederneiras, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 166/2008 sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.572/2005), e obrigou o empreendedor a cumprir as exigências, recomendações, medidas mitigadoras e de compensação constantes desses documentos”**. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do Consema**, lavrei e assino a presente ata.